

Waldemir Rodrigues



Wagner Bittencourt, Maurício Tolmasquim, Fernando Collor, Márcio Rocha Mello e João Carlos de Luca em audiência na Comissão de Infraestrutura

## Especialista sugere revisão no poder de veto da Petro-Sal

Sugestão do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo recebeu apoio de senadores durante audiência pública. **3**

# Proposta que libera mais verba para a educação entra na pauta

Plenário deve dar início à discussão, em primeiro turno, da PEC que livra a área da retenção de 20% das verbas vinculadas. Mas antes da votação os senadores precisam examinar três medidas provisórias, duas delas transformadas em projetos de conversão, que têm preferência na ordem do dia. **3**

Soulo Cruz/Câmara dos Deputados



Cafeicultura em Patrocínio (MG): projeto quer reduzir impacto ambiental

## Comissão debate hoje Estatuto do Produtor Rural

Para analisar questões relacionadas à defesa agropecuária, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária discute hoje o projeto de Antônio Carlos Valadares que institui o Estatuto do Produtor Rural. Audiência foi proposta por Kátia Abreu. **7**

### Em busca de consenso sobre mudança climática

Delegação brasileira, coordenada pela senadora Serys Slhessarenko, participará, em Copenhague, de reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Legisladores buscam consenso sobre medidas. **6**

### Reunião conjunta discute uso da energia nuclear

Duas comissões do Senado discutem hoje a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra 1 e Angra 2. Estudo do governo recomenda a construção de novas centrais nucleares no país. **6**

### Projeto para reduzir gases do efeito estufa

O inventário de emissões de gases e a regulamentação do mercado de carbono são discutidos hoje na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Participam representantes de dois ministérios. **6**

## Mercadante: oposições brasileira e venezuelana devem dialogar

O líder do PT no Senado e vice-presidente do Parlamento do Mercosul (Parlasul), Aloizio Mercadante, informou ontem, em Montevidéu, estar empenhado em promover um diálogo entre as oposições no Brasil e na Venezuela sobre o ingresso

daquele país no bloco. Segundo ele, o isolamento da Venezuela seria negativo para a oposição a Hugo Chávez. O Parlasul aprovou um "veemente repúdio" ao cerco policial à embaixada do Brasil em Tegucigalpa. **4 e 5**



Jane Araújo

Ao lado dos deputados Dr. Rosinha (E) e José Paulo Tóffano, Mercadante participa de reunião do Parlasul em Montevidéu

Roberto Cavalcanti diz que o Brasil precisa de um poder naval eficiente para proteger os seus recursos naturais e o tráfego marítimo na área jurisdicional da Amazônia Azul

## “Segurança da costa será um dos maiores desafios do país”

UM DOS MAIORES desafios do Brasil neste século será garantir a segurança da sua costa, afirmou da tribuna Roberto Cavalcanti (PRB-PB). O senador disse que a exploração de petróleo na camada pré-sal tornou-se questão de segurança nacional, uma vez que poderá receber investimentos estimados em US\$ 1 trilhão e contará com a participação de companhias internacionais.

Na sua opinião, “a Marinha do Brasil terá que investir na segurança de toda a área, pois essas empresas exigirão garantias e segurança”.

– Por todos esses motivos e também pela nossa posição no Atlântico Sul, precisamos urgentemente de um poder naval



Cavalcanti: investimentos no pré-sal poderão chegar a US\$ 1 trilhão

eficiente, de barcos modernos, de submarinos nucleares, de aviões e de uma força de dissuasão capazes de proteger os recursos naturais, o tráfego marítimo em nossas áreas jurisdicionais que constituem a Amazônia Azul.

Cavalcanti disse que a Petrobras, uma das oito empresas mais importantes do mundo, enfrenta hoje o desafio de explorar gigantescas reservas no pré-sal. Essa camada tem 800 quilômetros de extensão por 200 quilômetros de largura e vai do Espírito Santo a Santa Catarina. O óleo está a mais de 6 mil metros da superfície do mar e a retirada desses recursos exige domínio tecnológico altamente sofisticado, ressaltou.

O senador destacou a luta política e diplomática do Brasil para garantir o reconhecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por vários países das áreas marítimas contíguas à costa para garantir a posse dos recursos naturais da região.

## Papaléo pede melhores salários para médicos do serviço público

Os médicos do país foram saudados por Papaléo Paes (PSDB-AP) pelo seu dia, comemorado no domingo.

O senador reivindicou dos governantes “planos de carreira e melhores salários para que os médicos do serviço público não sejam obrigados a ter vários empregos ou a fazer plantões com frequência para completar a renda”.

Papaléo, que também é médico, pediu à população que não culpe os médicos pelas deficiências dos hospitais e postos

de saúde. Ele afirmou que problemas como falta de remédios, equipamentos e médicos no sistema hospitalar público se devem a “decisões erradas de autoridades do governo”. Tem sido comum médicos sofrerem agressões, com a ocorrência inclusive de assassinatos, disse.

O senador saudou especialmente médicos da Amazônia e do Amapá. Ele leu parte de uma carta em que a médica Zeneide Alves de Souza se diz prestes a se aposentar compulsoriamente no Amapá e pede



Papaléo lamenta problemas no sistema hospitalar público

ajuda para que sejam operadas 160 crianças que têm fissura do lábio palatal (lábio leporino). O senador prometeu procurar o ministro da Saúde para tratar do assunto.



Sadi Cassol acredita que municípios podem contar com novos recursos

## Cobrança de ISSQN em operação com cartões de crédito?

“Fazendo uma busca na Constituição levantamos dados que deixam claro que os cartões de crédito podem e devem recolher Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza [ISSQN] em todos os municípios do país.” Ao defender essa tese da tribuna do Plenário, o senador Sadi Cassol (PT-TO) anunciou que encomendou um estudo à sua assessoria para aprofundar a discussão sobre o assunto.

O senador disse que esteve várias vezes, durante a semana passada, no Banco Central (BC), onde discutiu a questão com técnicos da instituição. Sadi Cassol explicou que não existe ainda um consenso no BC sobre como poderia funcionar essa cobrança.

## Serys defende urgência para leis sobre a Copa

Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a aprovação, no menor espaço de tempo, da legislação necessária à organização da Copa do Mundo de 2014. A senadora participou na última quinta-feira de Fórum na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

– Temos uma preocupação muito grande com a parte legislativa, seja do Congresso Nacional, das assembleias legislativas, naqueles estados que serão subsedes da Copa, ou mesmo das câmaras municipais, nas capitais. O que precisa ser feito tem de ser feito emergencialmente – frisou a senadora.

Ao se referir a legados importantes para o estado de Mato Grosso decorrentes da organização do Mundial de Futebol, a senadora citou as melhorias no Aeroporto Internacional Marechal Rondon, em Cuiabá.

Serys Slhessarenko disse que o presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Murilo Barboza, garantiu o repasse de R\$ 82 milhões para as obras do aeroporto, que serão concluídas até 2012.



Mão Santa relembra episódios que geraram revolta contra Portugal

## Mão Santa comemora o Dia do Piauí

No dia 19 de outubro de 1822, piauienses liderados por Simplício Dias da Silva declararam, em Parnaíba, a independência da província de Portugal e manifestaram lealdade ao imperador Pedro I. Em 30 de agosto de 1937, o deputado José Auto de Abreu apresentou à assembleia legislativa um projeto de lei considerando 19 de outubro o Dia do Piauí. O senador Mão Santa (PSC-PI) comemorou ontem a data, da tribuna do Plenário.

Mão Santa lembrou que quando dom Pedro I declarou a Independência, parte do país – a região Norte – continuou ligada a Portugal. A substituição do delegado de Parnaíba, que era brasileiro, por um português, revoltou a população do Piauí.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário celebra os 50 anos da Febrasgo

A hora do expediente, às 14h, é destinada a homenagear o cinquentenário da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetria (Febrasgo). A pauta está tran-

cada pelos projetos de Lei de Conversão 15/09 (MP 465/09), relativo ao BNDES, 16/09 (MP 466/09), sobre energia elétrica, e pela MP 467/09, sobre projetos de cooperação técnica.

### Comissões discutem uso de energia nuclear

Reunião conjunta, às 11h30, das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para debater a experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra I e Angra II. Participam da audiência o diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva; o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho; e representantes do Ministério do Meio Ambiente.

### CAE analisa marco regulatório do pré-sal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne, às 10h, para discutir o marco regulatório e os aspectos econômicos financeiros do pré-sal, além da capitalização da Petrobras. Participam o diretor financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Almir Guilherme Barbassa; o economista Maílson da Nóbrega; e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, Julio Bueno. Às 14h, a CAE realiza audiência pública para debater projeto

que regulamenta operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais.

Entre os participantes, estão o presidente do Banco do Nordeste do Brasil e representante do Fundo Constitucional do Nordeste, Roberto Smith; o diretor de Governo do Banco do Brasil e representante do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, Sérgio Ricardo Miranda Nazaré; e o diretor de Análise e Reestruturação do Banco da Amazônia e representante do Fundo Constitucional do Norte, Eduardo Lima Cunha.

### Gases de efeito estufa em debate na CMMC

Às 14h30, a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública para discutir o inventário de emissões de gases de efeito estufa e validação de MDL no Brasil (regulamentação de mercado de carbono), com a presença de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

### Defesa agropecuária na pauta da CRA

Projeto que trata da aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva de carnes de bovinos e búfalos será votado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 10h. Na segunda parte da reunião, o colegiado realizará audiência sobre o projeto (PLS 325/06) de Estatuto do Produtor Rural, para discutir questões relacio-

nadas à defesa agropecuária. Participarão do debate o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), deputado Homero Pereira; o presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Carlo Lovatelli; e um representante do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa).

### Senado promove semana de acessibilidade

O programa do Senado de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência promove a Semana da Visão, de 20 a 23 de outubro, no Salão Branco. Às 15h, haverá apresentação do judoca paraolímpico Antônio Tenório, e das 14h30 às 17h30, atendimento de prevenção do glaucoma. O evento traz a exposição *Grupo Artes Tátis*.

### Sarney recebe a visita do grão-rabino de Israel

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h, de reunião do Conselho de Defesa Nacional; às 12h, recebe o grão-rabino de Israel, Yona Metzger; às 15h, comparece à posse de José Múcio

Monteiro como ministro do TCU; e às 17h, participa da posse do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães como ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.



Wagner Bittencourt (E), Tolmasquim, Fernando Collor e João Carlos de Luca acompanham exposição de Márcio Rocha Mello

## Collor defende partilha para o pré-sal

A adoção do regime de partilha para a exploração das reservas petrolíferas da camada pré-sal foi defendida pelo presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), em audiência sobre a proposta do Executivo de criar a Petro-Sal – estatal que representaria o governo nos contratos de exploração dessas novas jazidas de petróleo.

Na avaliação do senador, as condições atuais de exploração do petróleo no Brasil são diametralmente diversas das que vigoravam no país, por exemplo, na década de 70, quando se deu a implementação dos contratos de risco pela Petrobras. Hoje, argumentou Collor, a probabilidade de êxito em perfurações no pré-sal é muito maior, dando “produções extraordinárias”.

Ele apontou a “racionalidade”

do regime de partilha, uma vez que, nesse sistema, o Estado brasileiro terá o controle da produção desde o momento em que o óleo sai da superfície da lâmina d’água até a sua comercialização.

– No regime de concessão, o Estado não tem esse poder; a comercialização fica ao alvitre daquele concessionário e isso implica problemas muito sérios para o país no caso de a comercialização ser feita a um preço que não interessa à questão econômica brasileira – alertou.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, participante da audiência, entende que o regime de partilha propiciará maior retorno para o Estado brasileiro das riquezas derivadas da extração do petróleo do pré-sal. Essa modalidade de

contrato, acrescentou, também beneficiará o país por lhe dar condições de manter um ritmo adequado na exploração das reservas, compatível com os objetivos de desenvolvimento industrial brasileiro.

– No regime de concessão, a partir do momento em que o petróleo é extraído, ele é propriedade da empresa produtora, que, se quiser exportar, tem esse direito. Na partilha, a parte destinada contratualmente ao Brasil pode ficar aqui e ser processada – disse.

O diretor de Infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Wagner Bittencourt, também se manifestou favoravelmente à adoção do regime de partilha no Brasil para a exploração das reservas do pré-sal.

## Especialista quer menos poder de veto para Petro-Sal

Ao participar do debate sobre a proposta de criação da Petro-Sal, o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), João Carlos de Luca, criticou o poder de veto “exagerado”, em sua opinião, atribuído à nova estatal.

Ele avalia que a possibilidade de a Petro-Sal decidir de forma irrestrita sobre problemas operacionais surgidos na atividade das empresas privadas associadas à Petrobras na exploração do pré-sal acabaria cerceando a participação da iniciativa privada no setor.

O presidente do IBP apresentou sugestão no sentido de se dar nova redação ao projeto do governo de modo que o presidente do comitê operacional, em cada contrato de partilha,

tenha poder de veto apenas com relação a programas exploratórios, planos de avaliação, orçamentos anuais de trabalho, planos de desenvolvimento, programas de produção e de desativação de áreas. A sugestão de João Carlos recebeu o apoio de Delcídio Amaral (PT-MS) e Fernando Collor.

O presidente da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo, Márcio Rocha Mello, chamou atenção para a existência de níveis diferenciados de risco na exploração de áreas na camada pré-sal.

De acordo com o geólogo, em várias áreas da região a ser explorada são elevadas as chances de se perfurar e não se conseguir extrair petróleo, mesmo no caso de se encontrar jazidas. Por esse motivo, ele defendeu a

implementação de contratos de partilha apenas para áreas com potencial de produção comprovado de petróleo.

### Qualificação

Em apertes, os senadores João Pedro (PT-AM), Delcídio Amaral e Jefferson Praia (PDT-AM) parabenizaram os membros da CI pela realização da audiência. João Pedro ressaltou o caráter ideológico das discussões sobre o pré-sal, por dizerem respeito, segundo ele, ao papel que deve ser desempenhado pelo Estado no setor econômico.

Delcídio alertou também para a necessidade de se promoverem mudanças na proposta do governo a fim de que sejam estabelecidos mecanismos para garantir uma melhor qualificação para os dirigentes da Petro-Sal.

## CAE debaterá os aspectos financeiros da exploração

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje audiência para debater o marco regulatório e os aspectos econômico-financeiros da exploração de petróleo na camada pré-sal e a capitalização da Petrobras.

Participarão da audiência, requerida por Tião Viana (PT-AC) e Francisco Dornelles (PP-RJ), o diretor financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Almir Guilherme Barbassa; o economista e ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega; e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro, Julio

Bueno.

Outra audiência na CAE, também hoje, visa discutir o Projeto de Lei Complementar 239/08, que regulamenta o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos fundos constitucionais. Segundo o seu autor, Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta objetiva proteger o patrimônio dos três fundos, obrigando as instituições financeiras a assumirem pelo menos 50% do risco de crédito das operações financeiras lastreadas com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste

(FCO) e do Norte (FNO). O senador assinalou que a concessão de empréstimos com risco integral para os fundos isenta completamente os agentes financeiros do risco de crédito, com reflexo direto no zelo com que esses fazem a análise da viabilidade das operações.

O relator, Efraim Moraes (DEM-PB), observa em seu voto favorável que, “quando o risco é integral para o FNO – por exemplo –, a inadimplência é mais que o dobro da que se verifica quando o risco é compartilhado entre o FNO e o Basa [Banco da Amazônia]”.

Proposta determina que em 2011 haverá extinção total da retenção de recursos destinados ao setor

# PEC que reforça educação entra na pauta do Plenário

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que reduz, a partir deste ano, o percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) incidente sobre os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino foi incluída na pauta da sessão deliberativa de hoje. Em 2011, conforme a proposta, haverá a extinção definitiva da retenção de receitas de impostos da União, estados, Distrito Federal e municípios destinados à educação.

A matéria (PEC 96A/03) passará pela primeira sessão de discussão, em primeiro turno. Se aprovado pelo Plenário, em dois turnos, o texto será promulgado pelo Congresso, tornando-se norma constitucional.

Conforme a proposta, o mecanismo deixaria de reter 7,5% em 2009 e 15% em 2010, liberando verbas extras de R\$ 4 bilhões e R\$ 7 bilhões, respectivamente, enquanto em 2011 ocorreria o fim da desvinculação dos 20% dos recursos para a educação.

Antes da votação dessa matéria, porém, os senadores precisam deliberar sobre três medidas provisórias (MPs), duas das quais transformadas em projetos de lei de conversão (PLVs) que estão sobrestando a pauta e têm prioridade nas votações: PLV 15/09, PLV 16/09 e MP 467/09.

Pelo artigo 212 da Constituição, a União deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino anualmente nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos provenientes de transferências.

A PEC 96A/03 – já aprovada pela Câmara dos Deputados – originou-se da PEC 96/03, cuja primeira subscritora é a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), e recebeu, quando tramitou no Senado pela primeira vez, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), parecer favorável do senador Jefferson Peres, já falecido. A PEC 96A/03 foi relatada na CCJ pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que acolheu as modificações feitas pelos deputados.

Modificada com relação à

proposta original, a matéria passou também a exigir educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, assegurada, inclusive, oferta gratuita para todos os que não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada. Essa medida deverá ser implementada progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

O Estado deverá também propiciar atendimento ao estudante em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios terão de definir formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

### Qualidade

De acordo com a proposta, a distribuição dos recursos públicos dará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do Plano Nacional de Educação. O plano deverá ter duração decenal, com objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

A PEC estabelece ainda a fixação de uma meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do produto interno bruto (PIB).

Para Lúcia Vânia, os aprimoramentos oferecidos pela Câmara à proposta original são “oportunos e cruciais para o bom emprego dos recursos que serão restituídos à educação”. Além das mudanças feitas com objetivo de aprimorar o ensino, a PEC aprovada pelos deputados também alterou o percentual de desvinculação da DRU para o exercício de 2009, que era de 10% na matéria original.



Lúcia Vânia acolheu em seu parecer as modificações feitas pelos deputados



Iniciativa originou-se de proposta que tem Ideli como primeira subscritora

Vice-presidente do Parlasul, senador afirmou em Montevidéu que é evidente a violação de princípios democráticos na Venezuela, mas argumentou que sem a integração a oposição no país ficaria enfraquecida, com a perda do Mercosul como interlocutor. Comissão de Relações Exteriores decide o assunto no dia 29

## Zambiasi sugere painel sobre meios de comunicação

A Comissão de Assuntos Internacionais, Interregionais e de Planejamento Estratégico do Parlamento do Mercosul (Parlasul) decidiu propor à Mesa diretora a realização de um painel sobre liberdade de imprensa e regulamentação dos meios de comunicação nos países da América do Sul. A sugestão foi do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), complementada pelo deputado Nilson Mourão (PT-AC).

A ideia surgiu a partir da análise de três propostas que estavam na pauta da comissão, no sentido de que o Parlasul manifestasse sua preocupação com a falta de liberdade de expressão na Venezuela.

Zambiasi disse defender a liberdade plena de expressão e de informação, assinalando que o poder excessivo do Estado nessa área "é uma forma de antidemocracia". Ele reconheceu, no entanto, que as empresas do setor de comunicação devem ter regras.

O senador referiu-se à recente lei de mídia na Argentina e afirmou que se absteria de votar nas propostas porque elas eram "canalizadas para a Venezuela" e não trabalhavam "com a visão mercosulina ou sul-americana". Em seguida, sugeriu a realização do painel. A comissão aceitou a ideia e as propostas sobre a Venezuela foram retiradas de pauta.

### Coreia do Norte

Na mesma reunião, a comissão aprovou declaração condenando a política militarista e armamentista nuclear da Coreia do Norte e de qualquer iniciativa no mesmo sentido tomada por outros países. Outra declaração aprovada condenou a nomeação, para o cargo de ministro da Defesa do Irã, de Ahmad Vahidi, "funcionário com pedido de captura internacional por ser suspeito de ter participado do atentado terrorista cometido em 1994 contra a sede da Associação Mutual Israelita Argentina (Amia)". No mesmo documento, o Parlasul repudia declarações atribuídas ao presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, de "continuar com os esforços para destruir o Estado israelense".

### Venezuela

Já na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ameaçou abandonar o colegiado caso os debates sobre a Venezuela continuem sendo proibidos sob o argumento de que o país está em processo de adesão ao Mercosul. O parlamentar lembrou que a comissão passou a exigir mais critérios para a recepção de denúncias de violação aos direitos humanos na Venezuela, o que considerou razoável, mas observou que os parlamentares não podem ser cerceados em seu direito de manifestação.

# Mercadante defende adesão da Venezuela ao Mercosul

O LÍDER DO PT no Senado e vice-presidente do Parlamento do Mercosul, Aloizio Mercadante (SP), defendeu a entrada da Venezuela no Mercosul, sob os aspectos econômico e político, em reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, com o embaixador do Brasil junto ao bloco e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Regis Arslanian. Mercadante afirmou ser evidente a existência de violação de princípios democráticos na Venezuela – citando o fechamento de veículos de comunicação e o relacionamento entre os três Poderes –, mas observou que a pior coisa para a oposição naquele país seria o isolamento.

– Apartando, não vamos integrar – afirmou. O senador disse ainda estar empenhado em possibilitar que a oposição brasileira ouça a oposição venezuelana. Para Mercadante, se a Venezuela for aceita no Mercosul, a oposição terá uma interlocução que mudará a qualidade do processo político naquele país.

Também se manifestaram pela adesão da Venezuela ao bloco os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e José Nery (PSOL-PA), a deputada Iris de Araújo (PMDB-GO) e o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Mesquita Júnior observou que a entrada do país no bloco será o início do processo para ampliação do Mercosul, que, em sua opinião, "precisa se robustecer e trazer para o seu ambiente outras nações". José Nery afirmou que questões de natureza econômica mostram o quanto é importante o ingresso da Venezuela no bloco e que a resistência a isso se deve a uma questão de natureza político-ideológica.

– É isso que tem impedido o avanço – concluiu Nery.

Iris de Araújo lembrou que é preciso pensar no povo venezuelano, e Dr. Rosinha disse que a União Europeia não teria crescido se tivesse uma postura semelhante à dos que não aceitam a entrada da Venezuela no Mercosul.

### Cláusula democrática

Já a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e o deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) manifestaram-se contrariamente à entrada daquele país no bloco, sob o argumento de que o governo Hugo Chávez não respeita as liberdades democráticas. De acordo com o Protocolo de Ushuaia, assinado pelos Estados-partes do Mercosul e por Bolívia e Chile, a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os países.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), confirmou que a votação no colegiado do protocolo de adesão da Venezuela deverá ocorrer no próximo dia 29. Ele lembrou a posição do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), contrária ao ingresso do país no Mercosul, e o voto em separado de Romero Jucá (PMDB-RR). Azeredo informou que provavelmente no dia 27 a CRE ouvirá o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma. O prefeito disse em entrevista que, para a oposição, é importante a entrada da Venezuela no bloco econômico.

O ingresso do país no Mercosul ainda depende de decisão dos parlamentos do Brasil e do Paraguai. Segundo o embaixador Arslanian, o Paraguai aguarda uma definição do Brasil sobre o assunto, depois de a matéria ter sido retirada da pauta do Congresso daquele país.

Ainda no encontro, Arslanian abordou o abrigo na embaixada brasileira em Tegucigalpa ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya. Ele disse aos parlamentares que o Brasil não poderia furtar-se a conceder abrigo, e que, com essa atitude, propiciou um clima para o diálogo, que tem de ser travado pelos próprios hondurenos.



Mercadante (3º à esq.) quer que oposição brasileira ouça oposição venezuelana para se convencer a votar favoravelmente no Senado ao protocolo de adesão da Venezuela ao bloco econômico regional

## Código Aduaneiro evita dupla cobrança de tarifa externa

O embaixador do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Regis Arslanian, relatou aos parlamentares da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), ontem em Montevidéu, os avanços para o fim da dupla cobrança de tarifas no bloco. Segundo o embaixador, não se conseguiu ainda um acordo sobre a distribuição da renda, mas a elaboração do Código Aduaneiro está praticamente concluída e a interconexão informática de todas as alfândegas do bloco já está pronta.

Arslanian explicou que hoje um produto entra em Santos (SP), por exemplo, e paga tarifa. Quando entra no Paraguai, paga nova tarifa. Isso, na avaliação do embaixador, é uma distorção da união aduaneira. O objetivo de eliminação dessa dupla cobrança é que o produto pague a tarifa do Mercosul e aí seja considerado um bem originário do bloco, tendo, então, livre circulação.

O embaixador lembrou que a negociação para a eliminação da dupla cobrança, que qualificou de muito difícil, mas fundamental para o Mercosul, começou em 2004.

### Parlasul

Regis Arslanian também informou que o acordo político para definir a representação de cada país no Parlasul poderá ser aprovado pelo conselho de minis-

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), manifestou, na reunião de Montevidéu, preocupação com as opiniões que os candidatos que disputam a Presidência do Uruguai nas eleições marcadas para o próximo domingo têm sobre o Mercosul.

Segundo Azeredo, Juan Pedro Bordaberry defende a saída do Uruguai do Mercosul e pretende que o país faça um acordo bilateral com os Estados Unidos. Já José Mujica, da Frente Ampla, e Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional – que tenta voltar ao cargo –, são críticos em relação ao bloco, conforme o presidente da CRE.

Para o senador, as opiniões dos candidatos constituem "uma preocupação a mais, porque o Mercosul já vive em crise". Azeredo acrescentou que a Argentina não respeita todas as normas do bloco e disse que o Mercosul vive um processo de adolescência. O presidente da CRE entende que a estabilidade do bloco econômico não pode estar sujeita ao humor de quem é eleito.

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a objeção ao Mercosul é minoritá-

rios dos países do bloco ainda este ano.

– O Parlasul é uma caixa de ressonância do bloco. Quem nos dá o pensamento do cidadão dentro do Mercosul são os parlamentares – assinalou o embaixador.

Ele relatou ainda reunião do Conselho do Mercado Comum no último dia 2, quando houve entendimento sobre alguns princípios relacionados ao Parlasul. Um deles, o de que será dada maior evidência à questão das regras de maioria, o que deve tranquilizar os países menores. Pelas regras que estão sendo negociadas, o Brasil terá o maior número de assentos no Parlamento (75), mas se evitará que decisões sejam tomadas contra a vontade de uma determinada bancada (de um país). Também ficou acertada a criação de um grupo interinstitucional entre o conselho e o Parlasul para que seja intensificada a interação entre os dois órgãos regionais.

Arslanian informou aos parlamentares que a exposição de motivos sobre acordo firmado entre Brasil e Paraguai sobre novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia da hidrelétrica de Itaipu já foi assinada pelos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Fazenda, Guido Mantega, faltando apenas a assinatura do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para o encaminhamento da matéria à Casa Civil e posterior envio ao Congresso

Nacional.

O embaixador ainda entregou aos parlamentares texto com a posição que o Brasil defenderá na COP-15 – a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que se realizará em Copenhague, Dinamarca, em dezembro. Ele destacou o entendimento do governo brasileiro de que enfrentar a mudança do clima e seus impactos negativos sobre as florestas exige essencialmente mudanças globais no uso de energia, pela introdução de fontes renováveis e limpas.



Arslanian: negociações sobre normas praticamente concluídas

No documento, registra-se que, segundo o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), 56% das emissões globais de CO2 decorrem da queima de combustíveis fósseis e que o desmatamento representa, em estimativa considerada incerta, 17% dessas emissões.

O ministro do TCU disse que os recursos do Focem, que são públicos, estão "sem controle". Ele comunicou a parlamentares da Representação Brasileira que iria apresentar a proposta de auditoria e citou como exemplos desse tipo de controle externo o Tribunal de Contas Europeu, órgão criado a partir do Parlamento desse continente, e o Conselho Fiscalizador Regional do Sistema de Integração Centroamericana.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, deputado José Paulo Toffano (PV-SP), observou que a fiscalização dos recursos do Focem fortalecerá o processo de integração.

## Ministro do TCU oferece auditoria em fundo regional

O secretário-executivo da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul e Associados (EFSUL) e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes apresentou ontem ao presidente do Parlasul, Juan José Domínguez, proposta de auditoria do uso dos recursos do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem). Esse fundo tem previsão de desembolsos, ao longo de dez anos, da ordem de US\$ 1 bilhão, dos quais 70% provenientes do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai e 1% do Paraguai, e se destina a financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores do bloco.

Segundo o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que acompanhou o ministro do TCU, o presidente do Parlasul recebeu muito bem a proposta. No encontro, do qual também participou o deputado Germano Bonow (DEM-RS), ficou acertado que as discussões sobre o assunto serão ampliadas.

No ofício que entregou ao presidente do Parlamento, o ministro e secretário da EFSUL afirma que as entidades fiscalizadoras estão capacitadas técnica e materialmente para a realização de ações de fiscalização no âmbito do bloco regional e por isso se colocam à disposição do Parlasul, "na condição de parceiros nas ações de controle em prol da regular e efetiva aplicação de recursos supranacionais, mediante atividades de cooperação e fiscalizações, incluindo o exame da legalidade e legitimidade dos recursos orçamentários, além da análise da eficiência e da eficácia na gestão".

Nardes acrescenta que o controle externo público do Mercosul não só fortalecerá o bloco institucionalmente, como também asseguraria a ele maior credibilidade internacional, facilitando a obtenção de fundos e a cooperação com outras entidades supranacionais, como a União Europeia.

O ministro do TCU disse que os recursos do Focem, que são públicos, estão "sem controle". Ele comunicou a parlamentares da Representação Brasileira que iria apresentar a proposta de auditoria e citou como exemplos desse tipo de controle externo o Tribunal de Contas Europeu, órgão criado a partir do Parlamento desse continente, e o Conselho Fiscalizador Regional do Sistema de Integração Centroamericana.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, deputado José Paulo Toffano (PV-SP), observou que a fiscalização dos recursos do Focem fortalecerá o processo de integração.

## Parlamento se reunirá em Brasília em fevereiro de 2010

A primeira sessão plenária do Parlamento do Mercosul em 2010 será realizada em Brasília, nos dias 22 e 23 de fevereiro. A decisão foi tomada ontem pelo Parlasul. De acordo com calendário aprovado, a próxima sessão será nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro em Montevidéu. Na oportunidade, o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, receberá uma homenagem em reconhecimento ao seu compromisso com o processo de integração e deverá falar sobre a visão de seu país sobre o Mercosul. A última sessão do ano será nos dias 17 e 18 de dezembro.

Também ontem as bancadas dos países do Mercosul no Par-

lamento indicaram seus representantes no Observatório da Democracia, criado em agosto de 2008 a partir de proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e da deputada argentina Beatriz Rokjes. Foram designados pelo Brasil a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e os deputados José Paulo Toffano (PV-SP) e Dr. Rosinha (PT-PR).

Outra decisão tomada foi a de designar quatro parlamentares da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações sobre Mudança Climática, em Copenhague, em dezembro próximo.

## Parlasul aprova repúdio a cerco à embaixada em Honduras

O Parlamento do Mercosul manifestou ontem "veemente repúdio" ao cerco policial à embaixada do Brasil em Tegucigalpa e conclamou a comunidade internacional para que intervenha positivamente no conflito hondurenho. O Parlasul expressou seu entendimento de que o presidente Manuel Zelaya deve abster-se de utilizar a embaixada "como palanque político", lamentou que Zelaya tenha convocado consulta popular sem base constitucional, "o que deu pretexto para a realização do golpe de Estado em Honduras", e qualificou o golpe de "afronta a todas as democracias da América Latina".

O Parlamento do Mercosul lamenta "os atos de violência praticados pelo governo de fato de Honduras contra manifestações populares pacíficas" e se declara inconformado "com os descabidos últimos dados pelo governo do senhor [Roberto] Micheletti ao Brasil" e com a expulsão de diplomatas da OEA e da Espanha do território hondurenho. O documento ressalta ainda que pleitos eleitorais realizados nos prazos legalmente previstos constituem-se na única maneira legítima e aceitável de se proceder à alternância de poder.

No documento, o Parlasul adverte que a vida do presidente deposto Manuel Zelaya e dos demais abrigados e a inviolabilidade diplomática do Brasil devem ser preservadas a

## Aprovada recomendação de integração de fronteiras

O Parlamento do Mercosul também aprovou recomendação ao Conselho do Mercado Comum (CMC) para que estimule os países do bloco a tomarem as medidas necessárias para a implementação do sistema de fronteiras integradas. Decidiu recomendar também ao CMC que solicite aos Estados as medidas necessárias para estabelecer o controle fronteiriço integrado entre os países membros e seus associados.

As recomendações foram sugeridas pelo parlamentar argentino Julián Martín Obiglio. O Parlamento manifesta a convicção de que os controles

fronteiriços integrados oferecem maiores condições de segurança, ao mesmo tempo em que agilizam os trâmites na passagem de pessoas e mercadorias, beneficiando o turismo e as economias regionais.

Na mesma sessão, foi aprovada recomendação ao Conselho do Mercado Comum, apresentada pelo parlamentar argentino Adolfo Rodríguez Saá, para que os Estados-partes realizem estudos sobre as principais vias terrestres que ligam os oceanos Atlântico e Pacífico entre os países do Mercosul visando realizar a duplicação da rede existente.

Comitiva de parlamentares brasileiros participa, entre os dias 23 e 25, de reunião preparatória em Copenhague, onde se realizará a conferência das Nações Unidas

## Legisladores devem propor ações práticas sobre o clima

COM A FINALIDADE de construir um consenso sobre as medidas que os legisladores poderão sugerir durante a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), uma delegação brasileira, sob a coordenação de Serys Slhessarenko (PT-MT), participará de reunião preparatória entre os dias 23 e 25, em Copenhague, na Dinamarca, onde se realizará a conferência.

O evento reunirá o grupo de parlamentares dos países membros do G-8 (Canadá, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia e Reino Unido), e do +5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) representado no Fórum sobre Mudanças Climáticas de Legisladores, patrocinado pela Organização Mundial de Legisladores por um Meio Ambiente Equilibrado (Globe International).

A comitiva incluirá, além



Serys Slhessarenko destaca empenho em busca de uma plataforma comum

de Serys, os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Renato Casagrande (PSB-ES) e os deputados Antonio Palocci (PT-SP) e Luciano Pizzato (DEM-PR).

### Expectativa

Para a senadora, que já participou de vários encontros da Globe International, os legisladores estão empenhados em formular uma plataforma comum de ações práticas e medidas de controle das mudanças

do clima da Terra para ser apresentada durante a COP-15, que se realizará entre os dias 7 e 18 de dezembro.

– Estou confiante de que a participação da delegação brasileira será fundamental nas discussões do fórum. O Brasil pode, e deve, liderar propostas e medidas de controle das mudanças que têm ocorrido no mundo em questões de água, energia, plástico, combustíveis fósseis e, sobretudo, desmatamento a ser evitado – destacou.

Serys ressaltou que os participantes da Globe International acreditam que haverá um ambiente de real cooperação internacional que resultará num acordo robusto que possa comprometer as grandes economias do planeta, em especial os Estados Unidos e a China, a aceitarem medidas de contenção da poluição global, que já ameaça a harmonia e a sobrevivência do homem sobre a Terra.

## Comissões debaterão utilização de energia nuclear

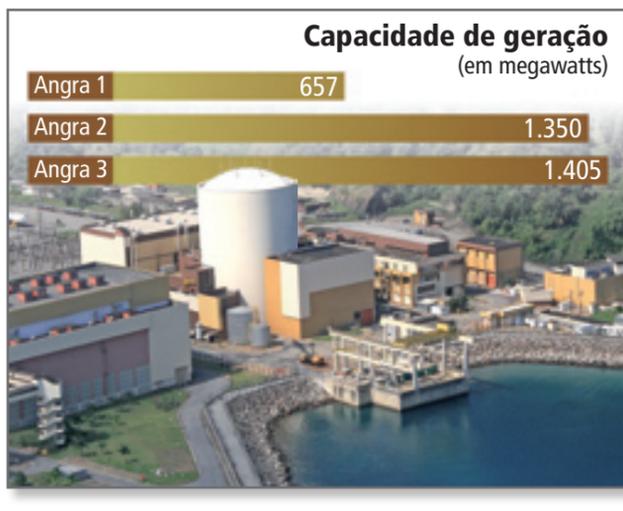
A experiência brasileira na utilização de energia nuclear nas usinas de Angra 1 e Angra 2 será debatida hoje em reunião conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Participarão o diretor-presidente da Eletro nuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva; o secretário de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho; e um representante do Ministério do Meio Ambiente.

A discussão foi requerida pelos senadores João Pedro (PT-AM), Augusto Botelho (PT-RR), Flávio Torres (PDT-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A Eletro nuclear é uma sociedade anônima controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A empresa foi criada em 1997 com o objetivo de operar e construir as usinas termonucleares brasileiras.

Atualmente, estão em operação no Brasil as usinas Angra 1 (com capacidade para geração de 657 megawatts elétricos) e Angra 2 (capaz de produzir

### Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto

A central está situada no município de Angra dos Reis (RJ). Atualmente, estão em operação as usinas Angra 1 e Angra 2



1.350 megawatts). A Angra 3, ainda em fase de implantação, deverá gerar 1.405 megawatts elétricos. O Plano Nacional de Energia (PNE 2030) – que subsidia o governo na sua política de expansão da oferta de energia até 2030 – aponta a necessidade da construção de novas centrais nucleares nas regiões Nordeste e Sudeste.

A Angra 1 entrou em opera-

ção comercial em 1985 e gera energia suficiente para suprir uma capital como Vitória ou Florianópolis, com cerca de 1 milhão de habitantes. A Angra 2 começou a funcionar comercialmente em 2001. Ela tem capacidade para atender o consumo de uma região metropolitana do tamanho de Curitiba, que abriga aproximadamente 2 milhões de habitantes.

## Comissão discute emissão de gases de efeito estufa

Representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente participam hoje de audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMCC). O objetivo é esclarecer a posição que o Brasil levará para a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), em dezembro, na Dinamarca.

Serão debatidos os temas “Inventários de emissões de gases de efeito estufa” e “Validação de MDL no Brasil – regulamentação de mercado de carbono”.

O inventário de efeito estufa é uma ferramenta utilizada na gestão das emissões de gases poluentes. O Ministério da Ciência e Tecnologia está coordenando a elaboração do novo inventário nacional. O MDL é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que permite a países desenvolvidos comprar direitos (créditos de carbono) daqueles que emitiram uma quantidade de gases poluentes abaixo da cota máxima estabelecida pelo Protocolo de Kyoto. Os países que compram esses créditos no mercado de carbono comprometem-se a

investir em projetos de redução de emissões. O Brasil é o país da América Latina que mais tem projetos com esse objetivo.

### Agenda global

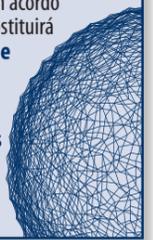
Na COP-15, os 193 países-membros da convenção da ONU vão definir uma agenda global de ações para controlar o aquecimento do planeta.

A audiência foi requerida pelos deputados José Guimarães (PT-CE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

### COP-15

15ª Conferência das Partes da ONU

- o encontro será realizado de 7 a 18 de dezembro em **Copenhague**, na Dinamarca.
- são esperados representantes de **193 países** e diversas **ONGs**.
- objetivo da conferência é estabelecer um acordo global que substituirá o **Protocolo de Kyoto**.
- haverá **transmissões** das sessões ao vivo pela internet.



Fonte: www.cop15.dk

## Flávio Torres pede maior redução do consumo de papel no Senado

Flávio Torres (PDT-CE) solicitou ontem à Presidência do Senado a adoção de medidas visando diminuir a impressão de documentos na Casa, principalmente nas comissões. Ele afirmou que são inúmeros os documentos impressos recebidos diariamente pelos senadores.

Para o parlamentar, o Senado deveria dar exemplo à sociedade no que diz respeito à preservação dos recursos naturais. Ele lembrou que a impressão de documentos já foi reduzida nas atividades do Plenário, uma vez que a pauta de votações, os projetos e os pareceres das comissões estão disponíveis na internet, que os parlamentares acessam de suas bancadas.

– Não há nenhuma razão para isso não se repetir nas comissões – observou.

Flávio Torres informou que participa das Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, como suplente, da de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele disse que os documentos relativos ao traba-



Flávio Torres defende o uso de pauta eletrônica nas comissões permanentes

lho em todas essas comissões são impressos e enviados para cada senador que as integra.

– A quantidade de papel que é disponibilizado aos senadores é uma coisa impressionante.

Flávio Torres afirmou que na primeira semana em que atuou no Senado, guardou todo o material recebido, formando uma pilha de meio metro de papel branco. A seu ver, esses documentos poderiam ser disponibilizados para os senadores pela internet ou intranet, “evitando o desperdício”. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apoiou a sugestão.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Jefferson Praia • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Mozarildo apoia propostas dos governadores da Amazônia Legal

“Nós queremos uma Amazônia desenvolvida. Isso está dito aqui, na carta dos governadores.” Essa afirmação foi feita pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ao destacar a realização, na semana passada, do 6º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, em Macapá.

Mozarildo leu a Carta de Macapá, produto final do encontro, divulgada na sexta-feira. De acordo com o senador, o fórum visou à discussão de propostas para o desenvolvimento da região amazônica, onde vivem 25 milhões de pessoas.

No documento, os governadores afirmam que a política de integração regional é estratégica para o desenvolvimento sustentável dos estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Maranhão, Amapá e Roraima) e que esses estados necessitam de mais investimentos federais, além do descontingenciamento de recursos previstos para as agências ou os programas de desenvolvimento regional.

Mozarildo reclamou do contingenciamento, todos os anos, de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) que deveriam ser investidos na região.

Em aparte, o senador Jeffer-



Mozarildo reclama do bloqueio de recursos destinados à Suframa

son Praia (PDT-AM) informou que R\$ 6 milhões de recursos da Suframa estão contingenciados pelo Tesouro Nacional.

Na Carta de Macapá, continuou o senador, os governadores destacam a importância de o governo brasileiro levar para a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15) proposta sobre mecanismos compensatórios por desmatamento evitado. Os governadores também enfatizam a necessidade de apoio financeiro para diminuir a emissão de gases do efeito estufa e mecanismos de controle da viação aérea regional.

Também em apartes, os senadores Sadi Cassol (PT-TO) e Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiaram o pronunciamento de Mozarildo.

## Garibaldi comemora “sucesso” de congresso de pesca em Natal

O 17º Congresso Nacional dos Engenheiros de Pesca, que teve início no domingo e vai até 22 de outubro, em Natal, de acordo com Garibaldi Alves (PMDB-RN), está sendo marcado pelo “entusiasmo dos participantes com o momento vivido pela atividade pesqueira no Brasil”.

O senador lembrou a recente aprovação da Lei da Pesca, regulamentando as pescas artesanal e industrial e a criação de um ministério específico para o desenvolvimento da atividade.

Garibaldi também festejou o 164º aniversário do município de Açu (RN). Lamentou, no entanto, “o abandono, descaso e descontinuidade do Projeto Baixo Açu de Irrigação, que utilizaria 2,4 bilhões de metros cúbicos de água para irrigar 6 mil hectares”. Ele disse que, 20 anos após a construção do açude, o projeto não alcançou nem 2 mil hectares.

Segundo o senador, agora, o



Garibaldi teme fracasso de projeto de irrigação no Rio Grande do Norte

Rio Grande do Norte tem a possibilidade de implantar, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um novo projeto de irrigação no vale do Apodi, que alcançaria 10 mil hectares e no qual seriam utilizados os 600 milhões de metros cúbicos da barragem de Santa Cruz. Mas, “diante do fracasso do Baixo Açu, fica a dúvida se esses dez mil hectares do vale do Apodi não terão o mesmo destino”, disse.

Por sugestão da senadora Kátia Abreu, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa questões relacionadas à defesa agropecuária, tema de projeto de Valadares

## Audiência debate hoje o Estatuto do Produtor Rural

O PROJETO DE Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui o Estatuto do Produtor Rural será discutido hoje em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O debate foi sugerido por Kátia Abreu (DEM-TO), que pretende ver analisadas questões relacionadas à defesa agropecuária.

A proposta (PLS 325/06), no capítulo referente à defesa agropecuária, estabelece que o produtor rural adotará medidas necessárias à redução do impac-

to ambiental, especialmente quando do uso de insumos agrícolas. Define ainda que as ações dos agricultores no espaço da produção rural terão por objetivo a segurança higiênico-sanitária, a sanidade das espécies – domésticas e silvícolas, vegetais e animais –, a conservação dos recursos naturais e a restauração dos recursos degradados.

Participarão da audiência pública o deputado Homero Pereira (PR-MT), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Carlo

Lovatelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais e da Associação Brasileira de Agribusiness; e Fernando Curi Peres, professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP).

Além da defesa agropecuária, o projeto trata de aspectos relacionados ao crédito rural, assistência técnica aos agricultores, seguro rural e preservação do meio ambiente, entre outros.



Proposta de Valadares estabelece que o agricultor, ao utilizar insumos, adotará medidas para reduzir o impacto ambiental

## Projeto define rastreamento de carne bovina

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) pode votar hoje, em decisão terminativa, projeto que disciplina a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva da carne de bovinos e búfalos. A rastreabilidade é a capacidade de garantir o registro e o acompanhamento das informações referentes às fases da cadeia produtiva da carne, permitindo seguir um animal ou grupo de animais em todos os estágios da sua vida e também um produto nas fases de produção, transporte, processamento e distribuição.

De acordo com o projeto (PLC 135/09), o objetivo da rastreabilidade é o aperfeiçoamento dos controles e das garantias nos campos da saúde animal, saúde pública e inocuidade dos alimentos.

Os agentes econômicos que integram a cadeia produtiva da carne de bovinos e búfalos ficam responsáveis, em relação à etapa de que participam, pela guarda dos registros fiscais de

movimentação e comercialização de animais e de produtos de origem animal por um prazo de cinco anos. Os produtores terão dois anos, a partir da regulamentação da lei, para se adequarem às novas normas.

A rastreabilidade se baseará em instrumentos como marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, para identificação do estabelecimento proprietário – o que é dispensável quando for utilizado sistema de identificação por dispositivo eletrônico; Guia de Trânsito Animal (GTA); nota fiscal; registros oficiais dos serviços de inspeção de produtos de origem animal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme exige a legislação; e registro de animais e produtos efetuado no âmbito do setor privado pelos agentes econômicos de transformação industrial e distribuição.

Conforme a proposição, os estabelecimentos rurais e de abate somente poderão receber bovi-

nos e búfalos identificados com base nas normas legais e acompanhados de GTA em que essa identificação esteja presente. A proposta também estabelece que a autorização para importar animais e produtos de origem animal fica condicionada à comprovação, pelo importador, de que foram cumpridas as regras de rastreabilidade do país de origem e que essas normas são, pelo menos, equivalentes às da lei brasileira.

A matéria foi apresentada pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Em voto favorável à matéria, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) lembra que a exigência legal de rastreabilidade para os alimentos produzidos ou exportados para a União Europeia já provocou embargos às exportações de carne bovina brasileira. E registra que o Japão e os Estados Unidos tendem a exigir também esses procedimentos.

## Jefferson Praia defende produtores agrícolas da Amazônia

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu produtores e famílias rurais da Amazônia, que visitou no final de semana as comunidades do distrito agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O senador leu documento em que os produtores apontam as condições necessárias para o desempenho das suas atividades, de modo a terem um padrão de vida digno.

De acordo com o documento, as crianças não têm escolas

aparelhadas para o ensino fundamental nem transporte escolar, os moradores não contam com energia elétrica ou transporte coletivo, e as estradas estão em condições precárias, dificultando o escoamento da produção. Os produtores solicitam celeridade nos processos de regularização fundiária nas áreas da Suframa, telefonia pública e serviço itinerante de saúde.

Jefferson apresentou documento da Associação dos Produtores Rurais da Comu-

nidade Nova Esperança, reivindicando o asfaltamento de uma estrada, a instalação de 18 quilômetros de mangueiras e conexões para distribuição de água potável, a liberação ambiental do aumento na área de produção com aproveitamento da madeira e a implantação definitiva do polo de piscicultura.

Na opinião do senador, o pano de fundo de todos os problemas da região é a questão ambiental, que faz com que os produtores enfrentem o desca-

so do poder público estadual e federal. Jefferson assinalou que o Amazonas tem 98% das florestas preservadas e atribui isso ao fato de o estado ter implantado o modelo da Zona Franca, apoiado na indústria.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que é preciso trabalhar cientificamente. Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que há muitas formas de explorar as riquezas da Amazônia sem agredir o meio ambiente, mas o governo federal não define um modelo para tanto.



Jefferson Praia divulga documento com reivindicações de amazonenses

## Seminário discute orientação sexual nas escolas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) iniciará amanhã o seminário "Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão". O primeiro painel, que terá início às 10h, deverá contar com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, e abordará o tema "Orientação sexual e relações de gênero". A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), vice-presidente da CE, será

a moderadora do painel.

Também foram convidados para o debate o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis; o coordenador do Programa da ONU para HIV/Aids, Pedro Chequer; a diretora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Maria Elisabete Pereira; a coordenadora de Pesquisa da

Rede de Formação Tecnológica Latino-Americana, Miriam Abramovay; e o diretor da Pathfinder do Brasil, Carlos Laudari.

Ao requerer a audiência, senadores argumentaram, com base em informações de especialistas, que as escolas exercem papel fundamental na orientação sexual dos jovens, tendo em vista que o assunto ainda é tabu em muitos lares.



Integrantes da Comissão de Educação admitem que sexo é assunto tabu em lares

Márcia Kallme

## Fator previdenciário pode levar em conta aspectos regionais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reunirá amanhã, às 11h, para deliberar, entre outras matérias, sobre projeto que estabelece a regionalização da expectativa de sobrevida na equação do fator previdenciário, mecanismo utilizado no cálculo das aposentadorias balanceando a idade, o tempo de contribuição e a esperada sobrevida do segurado a partir da aposentadoria. De autoria do ex-senador José Jorge, hoje ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), o projeto (PLS 304/04) tem parecer favorável de Gim Argello (PTB-DF).

Com a regionalização da expectativa de vida, haverá diferenciação do fator previdenciário e, em consequência, do valor das aposentadorias entre

as regiões. Para o autor, essa é uma "questão de justiça", uma vez que a esperança de vida varia bastante de região para região, em razão das grandes disparidades na qualidade de vida. Sem isso, ele diz que as populações do Norte e Nordeste, sobretudo os dessa última região, continuarão prejudicadas, pois nelas a expectativa de vida é muito menor.

Os dados do IBGE mostram que, em 2007, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer era de 72,7 anos, mas há acentuadas diferenças regionais. Considerando a população masculina, a diferença pode ser de quase dez anos: um homem em Santa Catarina tinha a expectativa de vida de 72,09 anos, contra 62,86 anos em Alagoas.



Comissão de Assuntos Sociais examina projetos de José Jorge e Lúcia Vânia

José Cruz

## Plano de saúde deverá ter contrato escrito com médicos

Projeto na pauta que será examinada amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) torna obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras de planos de saúde e seus prestadores de serviço, sejam médicos que atuam como profissionais liberais ou empresas médicas, como laboratórios, clínicas e hospitais. De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o texto quer pôr fim ao predomínio do atual sistema de prestadores credenciados ou referenciados.

Ao justificar a proposta (PLS 276/04), a senadora afirma que as relações entre operadoras de planos de saúde e os prestado-

res são marcadamente conflituosas e que, entre os pontos de discórdia, destacam-se o descredenciamento "abusivo" e a não revisão da tabela de honorários. A ideia é obrigar a inclusão de regras e periodicidade dos reajustes nos contratos.

O relator, senador Augusto Botelho (PT-RR), recomenda a aprovação da matéria, mas apresentou um texto substitutivo com ajuste ao conteúdo. Entre outras alterações, ele exclui dispositivo que determinava a revisão de atuais instrumentos jurídicos que estejam regulando as relações de operadoras e prestadores, no prazo de até 180 dias.

## Oposição vai ao TSE contra "propaganda antecipada"

"Se o tribunal decidir que o presidente da República pode fazer isso, qualquer prefeito também poderá antecipar sua campanha eleitoral", afirma Alvaro Dias

EM NOME DA liderança do PSDB, o senador Alvaro Dias (PR) anunciou em Plenário que o partido apresentará ao Tribunal Superior Eleitoral ação para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja condenado por realizar "propaganda eleitoral antecipada" em sua viagem ao vale do rio São Francisco, na semana passada.

– Se o TSE decidir que o presidente pode fazer isso, qualquer prefeito também poderá antecipar sua campanha eleitoral – afirmou Alvaro.

Segundo o senador, até o presidente, em um ato falho, disse que estava em um comício, o que é proibido pela lei eleitoral. O PSDB, disse Alvaro, vai pedir que o TSE decida que os integrantes da "caravana do abuso político" devolvam aos cofres públicos todo o dinheiro gasto na viagem de três dias ao vale do rio São Francisco.

Alvaro anunciou também que seu partido apresentará requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que seja nova-



Alvaro diz que PSDB também pedirá comparecimento de Lina Vieira à CCJ

Gerardo Magalhães

mente convidada a falar aos senadores a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira. A imprensa noticiou domingo que a ex-secretária encontrou a agenda onde estaria anotado o encontro que ela teve com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. No encontro, segundo Lina Vieira, a ministra teria pedido para agilizar investigação fiscal da Receita em empresas de um filho do presidente do Senado, José Sarney.

– Na época, o governo pediu provas do encontro, achincalhava a ex-secretária Lina Vieira.

## João Pedro denuncia assassinatos pelo narcotráfico no Amazonas

Dezenas de jovens da cidade de Tabatinga, no extremo oeste do Amazonas, foram assassinados pelo narcotráfico que atua na divisa do Brasil com a Colômbia e o Peru, denunciou João Pedro (PT-AM). O senador informou que irá se reunir amanhã com o ministro da Justiça, Tarso Genro, para pedir maior presença da Polícia Federal no controle do tráfico de drogas na região.

– O narcotráfico precisa ser derrotado pelo Estado brasileiro – afirmou.

O senador também lamentou a explosão de um helicóptero da

Polícia do Rio de Janeiro, que resultou na morte de três policiais, durante combate a traficantes no morro dos Macacos, no final de semana. Ele se manifestou solidário à população carioca e ao governador Sérgio Cabral, ponderando que, para a total derrota dos traficantes, talvez haja necessidade de "parcerias com o governo federal" e de compra de armas mais poderosas para a polícia.

### Repercussão

João Pedro informou que a explosão também repercutiu intensamente na Europa, espe-



João Pedro também lamenta explosão de helicóptero no Rio de Janeiro

Gerardo Magalhães

cialmente nos países que participaram da disputa para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Na Inglaterra, informou, um grande jornal questionou a segurança do Rio de Janeiro para os jogos olímpicos.

## Debate sobre TV Brasil e Confecom

Criada pelo governo federal no final de 2007, a TV Brasil é o tema de audiência pública que o Senado realizará amanhã. A principal convidada para o debate é Tereza Cruvinel, diretora-presidente da Empresa

Brasil de Comunicação (EBC), estatal responsável pela gestão da TV Brasil. A reunião será promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado.

No requerimento em que solicita a audiência, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirma que "é de suma importância para a CCT obter informações sobre a implantação do sistema de comunicação

pública no país".

Logo após esse debate, a CCT promoverá outra audiência, sobre a organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), a ser realizada em dezembro.